

PCTP/MRPP

Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses¹

PDR

Partido Democrático Republicano²

PAN

Pessoas, Animais e da Natureza

As migrações têm sido um apanágio para os extremismos, sendo usadas para justificar políticas económicas e sociais estruturalmente mais disfuncionais que o mero acolhimento e gestão de fluxos migratórios. É de notar que muitos dos problemas que geram estes fluxos são espoletados pela UE através das suas políticas comerciais, fiscais e económicas, que competem desigualmente com nações em vias de desenvolvimento. (...) Presas nesta teia comercial, económica e fiscal, verifica-se uma natural procura de melhores condições de vida e posterior vinda para países europeus.

Agudizando estas disfunções, verificamos também que os conflitos regionais e mesmo as guerras civis em determinados países geram, naturalmente, mais migrações. (...)

Importa também reforçar o papel cada vez mais crescente das pessoas que migram por influência climática, ou seja, pelos impactos negativos de alterações no clima local ou regional. Estes serão cada vez mais extremos e frequentes. Neste campo, e considerando os dados disponíveis e previsíveis, Portugal será um dos países mais afetados no continente europeu, o que nos deve responsabilizar ainda mais quando discutimos e acolhemos refugiados e migrantes. Para trabalharmos positivamente na resolução destas problemáticas apresentamos o seguinte conjunto de medidas:

Reforçar o diálogo entre Estados-Membros e a Comissão Europeia com os restantes países e blocos políticos, de modo a encontrar uma plataforma comum de entendimento baseada em fatos e dados científicos para gerir as migrações;

Consolidar iniciativas conjuntas, nomeadamente da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, para reduzir o tráfico de seres humanos e garantir a confiança dos europeus no sistema de gestão de migrações;

¹ Na consulta da documentação relativa às eleições europeias de 2019, não encontramos posição sobre as políticas europeias na área das migrações. Consultar <https://www.lutapopularonline.org/index.php/europeias-2019> e <https://www.lutapopularonline.org/index.php/partido>.

² Não conseguimos obter documento oficial com posições sobre o tema migratório.

Rejeitar visões nacionalistas, xenófobas, racistas, sexistas, homofóbicas e transfóbicas na gestão de migrações;

Cumprir os acordos europeus e internacionais para efetivar uma estratégia de longo prazo, nomeadamente através da adoção e implementação de mecanismos de realojamento e a alocando mais funcionários em centros de apoio;

Melhorar a estabilidade e as oportunidades nas regiões de origem, fomentando um comércio mais justo e relações bi ou multilaterais mais equitativas;

Garantir passagens seguras e melhorar os processos de asilo, com particular enfoque nas necessidades especiais de proteção das crianças;

Partilhar responsabilidades em e por toda a UE garantindo que os Estados-Membros que não consigam receber refugiados possam contribuir financeiramente e de um modo mais ativo para o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI);

Aplicar uma perspetiva de investimento social à integração de refugiados, migrantes e imigrantes com objetivos e prioridades claras;

Assegurar o acesso a empregos condignos e formação contínua cultural e linguística como garante de plena integração;

Garantir o apoio a quem regresse aos seus países de origem;

Apoiar abordagens de “baixo para cima” garantindo a envolvimento e cooperação de indivíduos, cidades, municípios, organizações, empresas e grupos de interesse, de modo a reforçar a pertença e integração social destes cidadãos;

Aumentar o diálogo intercultural e o respeito de modo a evitar o isolamento, a guetificação e a radicalização de comunidades e/ou grupos;

Garantir a não polarização do debate político e social em torno das migrações, usando factos e dados científicos de modo a assegurar a dissipação de preconceitos, mitos e ideias falsas;

Desenvolver uma **nova abordagem ao fenómeno da migração massiva, que se pautar pelo humanitarismo, pelo zelo pelos Direitos Humanos, pela dignidade da pessoa humana, pelo respeito, tolerância e acolhimento do Outro e da diversidade, uma abordagem mais ampla, mais profunda, mais eficiente e sustentável com articulação entre a dimensão governamental, inter-governamental e a sociedade civil;**

Trabalhar em cooperação com os meios de comunicação social para, de forma aberta e transparente, se partilhar o caminho traçado e as políticas públicas implementadas.

In Manifesto Político para as eleições Europeias 2019, consultável em <https://pan.com.pt/files/uploads/2019/04/PANeuropeias2019Programa.pdf>.

PS

A União Europeia não pode escusar-se ao seu dever humanitário indeclinável de acolhimento dos refugiados, nem à solidariedade devida para com os países da sua fronteira marítima a Sul que enfrentam uma situação verdadeiramente dramática no Mediterrâneo. Defendemos uma resposta solidária da União Europeia à chamada crise dos refugiados, à altura das obrigações humanitárias previstas nas convenções internacionais, que dite a partilha dos esforços com respeito pela capacidade de cada Estado-Membro e que seja enquadrada pela necessária revisão do sistema europeu de asilo.

Preconizamos, por outro lado, uma política integrada para as migrações, que comece por atacar as causas fundamentais dos fenómenos migratórios por via de cooperação para o desenvolvimento e para a segurança nos países de origem, que promova a segurança nas fronteiras externas da União Europeia e o combate ao tráfico de seres humanos e que assegure vias legais para uma gestão controlada das migrações, acompanhada de um investimento sério na integração social dos imigrantes e no combate ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação.

No desenvolvimento desta política integrada, atribuímos uma especial importância estratégica à cooperação com África, não apenas através dos instrumentos europeus, mas também no quadro de uma parceria reforçada com as Nações Unidas, em particular o seu Alto Comissariado para os Refugiados e a Organização Internacional para as Migrações. Defendemos, igualmente, o Pacto Global das Migrações, recentemente adotado pela ONU - que Portugal ajudou a negociar e se empenhará em concretizar. E lutaremos para que a União Europeia se mantenha como uma referência à escala global na Cooperação para o Desenvolvimento, honrando os compromissos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A verdade é que todos os grandes problemas do nosso tempo – da globalização ao terrorismo, das migrações às alterações climáticas, dos paraísos fiscais ao desenvolvimento sustentável – exigem mais e melhor cooperação, não mais isolacionismo. É na concertação internacional que podemos encontrar soluções para uma globalização mais justa e um desenvolvimento global mais sustentável e inclusivo, que cumpra os objetivos da Agenda 2030.

In Manifesto Eleitoral, Partido Socialista - Eleições Europeias 2019, consultável em https://europa.ps.pt/?page_id=3350

Aliança-A

Para o nosso país, e isso refletimos também neste manifesto, há eixos identitários fundamentais que nunca podem ser esquecidos, sobretudo num grande projeto de integração económica, social, até política, como é a União Europeia: o Mar, espelho onde nos revemos há oito séculos, ponto de partida da extraordinária diáspora nacional, origem do regresso de tantos portugueses e de chegada dos imigrantes que acolhemos **sempre com o espírito de bem receber que é o nosso, venham de onde vierem**; a inovação e a investigação, sem as quais o país não progride, e que

estiveram na origem da saga dos Descobrimentos, ainda hoje um marco fundamental na História da Humanidade.

In Manifesto Eleitoral para as eleições europeias, consultável em <https://partidoalianca.pt/wp-content/uploads/2019/03/MANIFESTO-ELEITORAL.pdf> (pág. 13).

PNR

IMIGRAÇÃO

A imigração em massa constitui uma verdadeira invasão e traduz-se numa ameaça à identidade, à soberania, à segurança e à sobrevivência futura de Portugal. É inadmissível a quantidade de apoios e subsídios outorgada a imigrantes, enquanto tantos portugueses, ao fim de uma vida de trabalho, recebem míseras pensões. As actuais políticas de imigração são responsáveis pela degradação dos salários, pelo aumento da criminalidade e pela diluição da identidade nacional, além de que não servem para resolver o problema da natalidade.

A imigração não é nem nunca foi um projecto humano, mas sim, uma arma ao serviço do grande capital.

O PNR entende que os portugueses é que devem ser apoiados, em vez de se continuar a apostar em políticas de substituição de nacionais por estrangeiros. Toma aqui especial relevo a ameaça islâmica sobre a Europa e também sobre Portugal.

O PNR propõe:

Alterar a Lei da Nacionalidade, baseando-se no jus sanguinis (nacionalidade herdada por descendência) e com excepções, apenas nos casos de mérito e de serviços relevantes prestados a Portugal;

Inverter os fluxos migratórios;

Repatriar imediatamente todos os imigrantes ilegais ou os que, estando legais, tenham sido condenados pela prática de qualquer crime, bem como aqueles que vivem de subsídios;

Extinguir o reagrupamento familiar, para que o mesmo se faça nos países de origem;

Retirar o apoio financeiro estatal às associações de imigrantes;

Retirar a atribuição de rendimentos sociais e outro tipo de subsídios a imigrantes;

Proibir a construção de mais mesquitas.

In Programa político:

<http://www.pnr.pt/programa-politico/imigracao/>

Nós

A UE deve fazer respeitar os direitos humanos no seu território, inclusive por governos e autoridades públicas. Devemos acabar com a cobardia da política de imigração e asilo da UE que deixa chegar os refugiados do Médio Oriente e do Norte da África aos países vizinhos, e paga os governos a partir do orçamento da EU. Os enormes fundos europeus devem ser investidos nesses países de acolhimento para ajudar a fixar trabalhos para os migrantes.

PTP (Partido Trabalhista Português)³

PSD (Partido Social Democrata)

O PSD apoiará todas as medidas que contribuam para reforçar o espaço de livre circulação sem fronteiras internas e defende a melhoria do Mecanismo de Avaliação de Schengen que permite detectar e corrigir deficiências nos controlos das fronteiras externas. A grande maioria dos cidadãos europeus consideram a liberdade de circulação e o espaço Schengen o maior sucesso do projeto de integração europeia; temos de preservar e defender Schengen. O Mediterrâneo é já a fronteira mais mortal do mundo. A UE deve reforçar a sua presença no Mediterrâneo, nomeadamente através de operações conjuntas com a Agência Europeia de Fronteiras e Costeira (Frontex). Em paralelo, esta agência tem de começar a aplicar as suas novas competências e os Estados-Membros de prover os meios necessários. A UE tem de reformar a legislação relativa ao asilo e criar um verdadeiro espaço único de asilo na Europa. É necessário desenvolver um mecanismo de redistribuição de pedidos de asilo automático e de harmonizar as condições de acolhimentos e os critérios de reconhecimento deste estatuto. Para o efeito, o PSD defende a criação urgente de uma verdadeira Agência Europeia para o Asilo com os meios humanos e operacionais adequados, tal como o Parlamento Europeu aprovou e que continua à espera de uma decisão positiva do Conselho. Em paralelo, e também com a ajuda da Frontex, a União deve tornar mais eficaz a sua política de retorno. Apenas se pode proteger quem realmente precisa, se quem está ilegalmente no território for devolvido ao país de origem. Para isso, a Diretiva retorno deve ser reformada com a maior brevidade.

In Manifesto Eleições Europeias

BE

A catástrofe humanitária e a hipocrisia da UE

A chamada crise dos refugiados é o rosto mais cru da desconstrução europeia pela mão das políticas nela dominantes. Depois de um momento em que as chegadas à Europa ascenderam a cerca de 1 milhão de pessoas, é agora, quando assistimos a uma redução drástica dessas chegadas, que se consolida o discurso da invasão e da ameaça.

³ Não conseguimos obter documento oficial com posições sobre o tema migratório.

A saga do Aquarius II é exemplar da desumanização da vida e da política na Europa. Um navio que salvou milhares de vidas – cerca de 30 mil em dois anos e meio – e que registou e denunciou crimes cometidos contra os direitos humanos de migrantes e refugiados viu-se literalmente à deriva, com os Estados-membros a cederem em toda a linha à chantagem do governo italiano de extrema-direita.

Aos refugiados das guerras e dos conflitos, juntam-se os refugiados climáticos, mas as instituições europeias preferem continuar a fomentar o ódio, mimetizando Trump: na Hungria, na Grécia, em França, em território espanhol, na Eslovénia, na Macedónia e na Bulgária erguem-se muros tão facilmente quanto se fecha os olhos às atrocidades resultantes.

As migrações resultam do desespero e da miséria extrema que levam milhões de pessoas a atravessar desertos e oceanos, desafiando a própria morte. A larga maioria destes imigrantes permanece em solo europeu, dando um contributo inestimável para a diversidade social e cultural, para o equilíbrio do saldo demográfico e para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. A grande hipocrisia da UE é que mantém estes imigrantes anos e anos a fio em situação ilegal, alimentando as redes de tráfico humano e o ressurgimento de formas de trabalho escravo.

Neste contexto europeu Portugal não é um oásis mas, nos últimos anos, deu passos importantes para humanizar as leis de imigração que precisam de ser aprofundados, a par da eliminação de práticas administrativas obsoletas e discriminatórias. (...).

Responder pelos direitos humanos, prevenir as crises do futuro

As medidas adotadas por unanimidade dos Estados-membros e avalizadas pelas instituições comunitárias, como a criação de centros de “internamento” para os refugiados ou o famigerado acordo com a Turquia para bloqueio dos fluxos vindos da Síria e da África Oriental, mostram o que é a chamada crise dos refugiados: a quem procura a Europa tudo é negado, incluindo o próprio estatuto de refugiado. (...).

Como se isto não bastasse, normaliza-se também a criminalização das ONG que tentam salvar migrantes da morte no Mediterrâneo, onde já perderam a vida 17 mil pessoas em pouco mais de cinco anos. (...).

O discurso humanista é o disfarce para a continuação da venda de armas a países que alimentam os conflitos e da compra de petróleo em territórios ocupados por grupos terroristas. (...)

O Bloco de Esquerda defende que a Europa e os Estados Unidos devem partilhar os recursos financeiros e a tecnologia para apoiar a transição energética e social de países em vias de desenvolvimento. Além disso, é necessário criar um plano internacional de acolhimento para refugiados ambientais e climáticos, vítimas de tragédias que não fomos a tempo de impedir. A questão ambiental tem de ser vista como uma emergência absoluta. O tempo é agora.

In Manifesto Eleitoral para as eleições europeias, consultável em <https://www.bloco.org/media/ManifestoEuropeias2019.pdf>.

IL (Iniciativa Liberal)

Uma Europa que é Humana, mas também realista ao lidar com o tema das Migrações

Nós, os Liberais, que acreditamos no valor da dignidade humana e temos uma memória sólida da história da Europa, não nos devemos colocar ao lado daqueles que rejeitam a obrigação humanitária básica de receber e proteger refugiados durante períodos de guerra. Não devemos cair na armadilha populista de misturar política de refugiados e política de imigração.

Nós, os Liberais, que acreditamos nos valores europeus, não devemos defender uma política de imigração e integração que coloque em causa esses valores no longo prazo. Não devemos seguir uma política de imigração que recompense traficantes de seres humanos.

A demografia em rápida mudança, os fluxos migratórios e a necessidade de jovens não podem ser ignorados. **Não europeus que queiram vir de forma legal são bemvidos à Europa. Um continente como a Europa**, com a sua herança cultural, que sempre foi um continente aberto ao mundo não se pode fechar à imigração. **Não podemos simplesmente fechar as fronteiras e, a partir de agora, sermos um continente culturalmente fechado. No entanto, defendemos que é completamente ilusório pensar que não podem existir fronteiras ou limites e condições à entrada de imigrantes.** Com fronteiras completamente abertas, um país não conseguiria resistir política, social e até economicamente, tendo em conta o Estado Social que temos.

Nós, os liberais, defendemos uma Europa que não promova a imigração ilegal. Tendo, obviamente, a obrigação moral de salvar pessoas em risco de vida, não podemos criar incentivos a que mais continuem a arriscar a sua vida oferecendo entrada prioritária a quem o faz. **Quem chega de barco deve ser salvo e depois devolvido ao consulado do país de origem para ir para a mesma fila onde vão todas as outras pessoas. A forma de entrar na UE deve ser igual para todos, não se deve dar prioridade àqueles que entram de barco de forma ilegal, tem de ser dada prioridade àqueles que têm mais necessidade e que sofrem perseguições nos países de origem.** Só com fronteiras externas estáveis poderemos ter fronteiras internas abertas. As prioridades têm que ser baseadas em critérios válidos e não no meio como se entra na UE. Caso contrário, estaremos a alimentar sempre os métodos ilegais de entrada, o tráfico de pessoas e, mais do que isso, somos responsáveis por todas as pessoas que morrem no Mediterrâneo. **Propomos que, em relação aos imigrantes económicos, a UE estude a possibilidade de introduzir um sistema de pontos baseado em critérios claros.** Defendemos uma rápida integração de refugiados e imigrantes, permitindo que possam entrar facilmente no mercado de trabalho. Só deste modo poderemos evitar a criação de comunidades paralelas

In Programa para as eleições europeias 2019, consultável em <https://iniciativoliberal.pt/wp-content/uploads/2019/04/Programa-europeias-2019.pdf>

MAS (Movimento Alternativa Socialista)

Fim da violência sobre a Mulher, Negros, Imigrantes e LGBTs!

Queremos construir uma sociedade livre da violência sobre as mulheres, os negros e negras, os imigrantes e as LGBTs. Uma sociedade com trabalho de qualidade, salários dignos e garantia de acesso aos serviços públicos para todos e todas. A ingerência da UE e EUA, de Trump, em vários pontos do globo gera instabilidade e guerra, causando a morte e deslocação de milhões de seres humanos e potenciando a acção de organizações terroristas e de extrema-direita.

Há alternativas:

- É preciso transformar a política do défice 0% numa política de violência zero! Penas mais duras e efectivas para agressores machistas, racistas e LGBTfóbicos!

- Fim da NATO e da Europa Fortaleza! Fim de todos os “campos de detenção”! Ninguém é ilegal, direito irrestrito de asilo!

CDS-PP (Partido Popular)

“ (...) **queremos e temos a obrigação de acolher com humanismo todos quantos tentem escapar das atrocidades que o mundo enfrenta.** Mas para que o consigamos fazer, com recursos necessariamente limitados, impõe-se rigor na entrada, que distinga o que tem de ser distinguido.: refugiados, merecedores ao direito de asilo, de migrantes à procura de trabalho, obrigatoriamente sujeitos às leis da imigração existentes.

In Linhas Programáticas, para as eleições europeias 2019, consultável em https://www.cds.pt/assets/cdseuropa_doc.pdf

Em matéria de migrações, o CDS afirma que "acreditamos que o espaço europeu pode ser um destino de acolhimento para outros povos, mas exigimos respeito pelas nossas leis, valores e costumes. A **segurança dos cidadãos é uma prioridade**".

In 10 ideias pela nossa Europa, consultável em <https://www.cds.pt/folhacds/2018/07/20180727/phone/pe.html>

PURP

Partido Unido dos Reformados e Pensionistas

O PURP – No cumprimento da Constituição, não renegará a entrada de Migrantes, porque somos um Povo solidário (não racista, xenófobo ou outro) mas, **salvaguardando sempre a defesa dos Nacionais, em primeiro lugar.** Queremos com isto dizer que, a nossa preocupação está focada nestes. A **integração desses, deverá ser muito selectiva**, quer na quantidade (somos um País pobre) e que os mesmos se sujeitem rigorosamente às Leis vigentes com a nossa cultura

ancestral. Não lhes devem ser dados privilégios superiores aos nossos Cidadãos. O PURP – Envidará esforços na EU, para que os Paraísos Fiscais, sejam abolidos, por forma a que seja “sangrada” as transferências sujas, provenientes de tráfico diversos.

Coligação BASTA

"(...) Conceder, apenas, o “Estatuto de Asilo” a refugiados legítimos (de guerra ou vítimas de perseguição política), portadores de documentação (passaportes e documentos de identificação) não forjados, ou falsos. Os requerentes de asilo podem perder a sua protecção se forem condenados por crimes, incluindo: homicídio; terrorismo; ameaça ou violência a um funcionário público; violação; pedofilia; ofensas à integridade física; mutilação genital feminina; roubo, e outros crimes com moldura penal superior a 3 anos; Abolir as autorizações de residência para a chamada “protecção humanitária”, como meio de segurança nacional disponível para aqueles que não são elegíveis para o “Estatuto de refugiado”; Estabelecer uma lista de países seguros na origem, ou seja, países que têm sistemas políticos democráticos e onde, de forma geral e consistente, não há perseguição política, tortura ou tratamento ou punição desumano ou humilhante, ameaça de violência ou conflito armado; Reduzir o sistema de “Asilo Seeker”, de modo a que, apenas menores desacompanhados (que o sejam e cujos documentos de identificação o atestem, e não forjados) e que as pessoas qualificadas para protecção internacional poderão utilizar o sistema “SPRAR”, a ser gerido por Municípios Portugueses, com o controle central sobre o processo de asilo, e a concessão, restrita, a serviços sociais básicos;"

"É expresso que os países aderentes se comprometem a “lidarem com os fluxos migratórios” – um fenómeno crescente que tem assolado os países ocidentais nos últimos anos e, particularmente, desde 2014, com a abertura escancarada de fronteiras que foi decidida e fomentada pelas elites instaladas em Bruxelas e com o patrocínio da Chanceler Merkel e do então Presidente Francês, François Hollande e, depois, acentuado pelo seu sucessor, Emmanuel Macron. (...) O CHEGA diz não a portas escancaradas para todas as pessoas que queiram entrar em Portugal, sem restrições, e a quem temos de proporcionar total bem-estar com todos os direitos (tecto, alimentação e roupa lavada, obrigados a integrá-los na sociedade e mercado de trabalho – mesmo, como acontece invariavelmente, com estes “refugiados”, que não o queiram), subjugados a uma organização (a “ONU”, liderada por alguém, Guterres – o político que deixou Portugal no charco em que hoje nos encontramos, com os seus sucessores), pejada de “funcionários” em que nós cidadãos, eleitores-contribuintes, não votamos, mas que decidem sobre as nossas vidas e nos impõem o seu modo de vida (mas não os chorudos salários) no nosso próprio país? O CHEGA NADA TEM CONTRA A IMIGRAÇÃO... LEGAL! Bem pelo contrário! Portugal tem demonstrado que imigrantes, legais, foram, são e serão, sempre bem-vindos, conquanto aceitem e cumpram a Lei, se integrem e respeitem as elementares regras de sã convivência com as comunidades locais em que se desejem integrar. Sendo o caso da generalidade de imigrantes originários dos PALOP, de outros países europeus ou da China, não tem sido o caso das **vagas de ditos “refugiados sírios” (que, provindos, mormente de países do Magreb, do Bangladesh, Paquistão e outros países**

muçulmanos, “sírios” o são, apenas, em passaportes falsos, adquiridos a redes criminosas organizadas e apoiadas por certas ONG’s) UM PAÍS SEM FRONTEIRAS É COMO UMA CASA SEM PORTAS! NÃO É UMA NAÇÃO!"

<https://partidochega.pt/o-pacto-global-da-onu-para-as-migracoes-um-pacto-suicidario-para-a-europa/>

LIVRE

Precisamos de um novo Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) que respeite as leis internacionais e que garanta os direitos fundamentais dos recém-chegados.

O SECA deve proteger o direito de “não-devolução”, que proíbe os Estados de devolver pessoas a lugares onde corram o risco de sofrer danos físicos e morais (...).

Lutaremos para **acabar com o sistema “hotspot”** de controlo e registo dos migrantes nos países de entrada na UE, e para melhorar rapidamente as suas condições de vida. Os **centros de detenção têm de ser fechados**, em particular os que detêm crianças. As instalações de receção devem oferecer **habitação digna, aconselhamento legal, serviços de saúde e espaços específicos onde mulheres e crianças fiquem protegidas** contra maus-tratos. Os **procedimentos de asilo não devem ser externalizados** para outros países, como tem sido discutido nas propostas de reforma da Comissão Europeia. O processo de requisição de asilo deve proporcionar uma decisão informada e de acordo com os princípios legais. (...). As **decisões de concessão de asilo devem ser reconhecidas mutuamente entre países europeus, permitindo que os refugiados aceitem circulem livremente** e se estabeleçam onde tiverem perspetivas de emprego, laços familiares ou competências linguísticas. **As comunidades e países anfitriões de refugiados e migrantes receberão financiamento e apoio no âmbito do nosso programa de integração e investimento.**

ii. Acabar com a Europa Fortaleza

Acreditamos que a Europa deve acolher os recém-chegados - não afastá-los. Por isso, vamos criar canais seguros, legais e abertos para entrar na Europa. Propomos que os vistos Schengen sejam concedidos pelos consulados da UE em todo o mundo. Expandiremos o Cartão Azul UE para que os candidatos a emprego de fora da UE tenham a oportunidade de vir para a Europa. Introduziremos novos esquemas de mobilidade de educação e trabalho para estudantes e trabalhadores de fora da Europa. Proporemos uma obrigação juridicamente vinculativa de emitir vistos humanitários nos consulados e embaixadas dos Estados da UE para pessoas que precisem de proteção internacional e desejem entrar na UE para pedir asilo.

iii. Apoiar a Reunificação das Famílias

A Primavera Europeia acredita que a reunificação familiar é um direito fundamental, benéfico não apenas para os migrantes mas para toda a sociedade. Vamos **expandir radicalmente a possibilidade de reunificação familiar na UE.** (...).

iv. Acabar com a Externalização das Fronteiras da EU

A UE e os seus estados-membros colaboram atualmente com países como a Turquia, o Sudão e a Líbia para reduzir o fluxo migratório para a Europa. Isto resulta em violações sérias dos direitos humanos, incluindo detenção, tortura e violência sexual. Estas condições apenas encorajam os migrantes a procurar rotas mais perigosas para atingir a Europa, levando à perda de muitas vidas. **Apelamos ao fim de acordos como os celebrados com a Turquia ou com as autoridades líbias, ou ainda ao fim do financiamento do controlo dos migrantes no Sudão, entre outros.** Aumentaremos a cooperação e o financiamento das organizações internacionais que lidam com refugiados (UNHCR) e migrantes (IOM) e apoiaremos as organizações civis que trabalham com migrantes nos países de trânsito, assim como com potenciais migrantes nos seus países de origem. (...)

v. Operação Europeia de Busca e Salvamento

Apelamos ao **estabelecimento de uma Operação Europeia de Busca e Salvamento (OEBS), destinada a salvar pessoas em perigo no mar e a transportá-las para um lugar seguro** - como requerido pela lei marítima internacional. Ao patrulhar as fronteiras da Europa, a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (também conhecida como “Frontex”) não evitou a morte dos migrantes que procuram chegar à Europa por via marítima. Ao estabelecer a OEBS, **queremos acabar com as mortes no mar.**

vi. Descriminalizar a Solidariedade

A solidariedade com os recém-chegados não é um crime. Lutaremos para criar proteções paneuropeias para todos os cidadãos e organizações da sociedade civil que ajudem os recém-chegados a encontrar abrigo, emprego e uma vida decente na Europa.

vii. Direitos Políticos para os Migrantes

Lutaremos pelo acesso dos recém-chegados à participação política a nível europeu nos seus locais de residência. Acreditamos que o direito de voto é um passo crucial para a participação, a autodeterminação e a integração em democracias saudáveis. Vamos lutar para que os recém-chegados possam desfrutar de todos os direitos de voto na UE após terem cumprido critérios básicos, como um período mínimo de residência. Além disso, pressionaremos a criação de programas através dos quais os estados-membros da UE concedam este direito nas eleições nacionais e nos referendos.

viii. Apoiar a Integração

Acreditamos que a integração implica uma obrigação comum de apoiar os recém chegados e que representa uma oportunidade comum de enriquecer a sociedade europeia. Vamos aumentar o financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), para garantir o acesso à educação e à aprendizagem das línguas dos países de acolhimento. Também **aumentaremos o financiamento para esquemas de integração local que celebrem o intercâmbio cultural e que ofereçam formação aos recém-chegado.**

ix. Combater a Exploração dos Migrantes

Defendemos que os trabalhadores migrantes devem ter os mesmos direitos, benefícios e proteção que os cidadãos europeus. Os salários não baixam por causa dos migrantes, mas porque há um sistema que os mantém ilegais, sem competências e sob ameaça de deportação. Combateremos a exploração através da **criação de um corpo especial da Comissão Internacional de Trabalhadores que acompanhará os salários e as condições de trabalho nas comunidades de migrantes.**

x. Defender e Ampliar a Livre Circulação

A livre circulação é um direito humano fundamental - e um pilar da União Europeia. Defenderemos a livre circulação através da eliminação imediata de todos os controlos de fronteiras dentro do Espaço Schengen. **A longo prazo, ambicionamos estender a liberdade de movimentos a países fora da União Europeia**, proporcionando mais liberdade para que pessoas de todo o mundo viajem e escolham livremente o seu local de residência. Para poder aceder a este regime, os países devem respeitar normas relativas ao regime fronteiriço, ao desenvolvimento económico, aos direitos humanos e ao estado de direito.

In Manifesto Eleitoral para as eleições europeias 2019, consultável em <https://partidolivre.pt/wp-content/uploads/2019/03/Programa-LIVRE-Europeias2019.pdf>.

"Promover uma política de imigração legal mais ambiciosa. Nas últimas décadas, a entrada de imigrantes tem proporcionado uma dinâmica de equilíbrio demográfico e também crescimento económico. Defendemos o desenvolvimento de uma estratégia europeia para a imigração legal, através de medidas como a criação de centros de formação e recrutamento, bem como a instituição de pacotes à mobilidade laboral em parceria com os países de origem."

In Manifesto Eleitoral para as legislativas 2015 (versão preliminar), consultável em <https://www.ondp.pt/content/uploads/2017/12/programa-eleitoral-livre.pdf>

CDU

O respeito pelos direitos dos migrantes e dos refugiados; a **rejeição da 'Europa fortaleza'** e do seu cariz **securitário e repressivo**; a **rejeição de uma visão selectiva e exploradora**, patente em instrumentos como o "cartão azul";

In Manifesto Eleições Europeias

https://www.cdu.pt/parlamentoeuropeu2019/documentos/2019_balanco_pcp_pe_2014_2019.pdf (pág.59)

RIR

Reagir, Incluir, Reciclar

Reagir ao descontentamento social, ao desânimo ideológico, às crises e excessos económicos e financeiros, aos monopólios comerciais e industriais, aos privilégios institucionais, à corrupção, ao alheamento e afastamento da população em relação; à política, abstenção eleitoral, lideranças extremistas, guerras, migrações, emigrações e alteração climática.

In Declaração de Princípios, consultável em <https://www.facebook.com/rirpartido/>.

**Partidos colocados pela mesma ordem que aparecerão no boletim de voto.*

**Negritos são nossos, de acordo com o que nos parece que é mais elucidativo sobre a posição do partido.*

